

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
LISTA DE ABREVIATURAS	7
 PARTE I OS PRINCÍPIOS E OS VALORES FUNDAMENTAIS DA FISCALIDADE	
 CAPÍTULO 1 <i>Opções no ensino da fiscalidade – considerando introdutórios por Vasco Branco Guimarães e João Ricardo Catarino</i>	11
 CAPÍTULO 2 <i>A teoria dos sistemas fiscais por João Ricardo Catarino</i>	15
1. Objetivos da aprendizagem	15
2. Introdução	16
3. A ideia de sistema na constituição e na lei	16
4. Três eixos fundamentais prévios ao sistema tributário	18
4.1. A liberdade como pressuposto e condição da ordem tributária	18
4.2. A centralidade da pessoa humana	19
4.3. A ideia de justiça e suas manifestações	20
5. Os dois tipos básicos de justiça: a justiça particular e a justiça geral	25
5.1. A justiça geral	26
5.2. A justiça particular	27
5.2.1. A justiça comutativa	28
5.2.2. A justiça distributiva	28
5.3. A justiça social	31
5.4. Os novos desenvolvimentos da ideia de justiça	33
6. A organização do sistema financeiro	37
6.1. Enquadramento geral	37

6.2. Os valores e os princípios fundacionais do sistema fiscal	41	10. Proibição do estrangulamento tributário – Artigos 1º, 25º e 62º da CR – Princípios da dignidade da pessoa humana, do livre desenvolvimento da personalidade e da propriedade	97
6.3. O papel dos incentivos fiscais: os fins fiscais e os fins “extra fiscais” dos impostos	42	11. O limite do sacrifício: liberdade individual e pública – Artigos 1º, 2º e 62º da CR	97
7. Bibliografia	44	12. O princípio da liberdade (autonomia privada) – Artigo 1º, 2º e 62º da CR – Princípio democrático, da dignidade da pessoa humana, do livre desenvolvimento da personalidade e da propriedade privada. Também: normas anti abuso e preços de transferência	97
CAPÍTULO 3 Princípios gerais da fiscalidade por Vasco Branco Guimarães	47	II. OS DIREITOS DA PESSOA A NÍVEL DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO	99
1. Objetivos da aprendizagem	47	13. Previsibilidade/estabilidade – Artigos 1º e 103º da CR – Princípio democrático da liberdade e da previsibilidade	100
2. O princípio do consentimento	48	14. Justiça/segurança e procedimento – Artigos 266º e 268º da CR	101
3. O princípio da legalidade	55	15. O acesso à justiça – Artigo 10º da CR	102
4. O princípio da igualdade	66	16. Princípio da indemnização do sujeito passivo	103
5. Os princípios derivados: tipicidade, proteção da confiança, proporcionalidade, irretroatividade	70	17. Princípio da participação – Artigo 267º da CR	104
6. Os princípios autónomos: boa-fé, capacidade contributiva	74	18. Princípios da caducidade e da prescrição	104
7. Conclusões	83	III. PERSPECTIVAS: O ESTADO DE DIREITO DOS CIDADÃOS	104
8. Bibliografia	83	19. Um Direito tributário “contratualizado”	105
CAPÍTULO 4 As garantias formais dos contribuintes, por Diogo Leite de Campos	87	20. O Estado, o Direito e os impostos. O novo contrato social	107
1. Objetivos de aprendizagem	87	21. O Direito de não pagar impostos ilegais ou inconstitucionais – Artigos 103º da CR	109
2. Introdução	88	22. Arbitragem	109
3. O (antigo) contrato social e a necessidade dos direitos da pessoa em matéria de impostos	89	23. Não litigiosidade	110
4. A pessoa: direitos da personalidade. Eu/tu/nós	89	IV. DIREITOS DE SEGUNDA E TERCEIRA GERAÇÕES E IMPOSTOS	110
5. A pessoa e o Direito dos impostos	91	24. Direitos de segunda geração	110
I. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRIBUTÁRIOS DA PESSOA (PRIMEIRA GERAÇÃO)	92	25. Direitos de terceira geração	110
6. O princípio da legalidade integrante do direito à democracia/liberdade – Artigos 1º e 103º n.º 2º da CR – Princípio democrático e dignidade da pessoa humana	92	26. Conclusões	111
7. Capacidade contributiva – Os direitos à igualdade e à não discriminação – Artigos 13º, 103º e 104º da CR – Princípios da igualdade e da propriedade privada, da repartição justa dos rendimentos e da progressividade	92	27. Bibliografia	111
7.1. Os encargos administrativos	95	CAPÍTULO 5 Consentimento, eficiência e eficácia nos sistemas fiscais, por Luciano Gomes Filippa	113
8. Isenção do necessário a uma existência em condições económicas dignas – Artigo 1º da CR – Princípio da dignidade da pessoa humana	95	1. Objetivos da aprendizagem	113
9. A proibição do confisco – Artigos 1º, 2º e 62º da CR – Princípios da dignidade da pessoa humana, garantia dos direitos fundamentais e direito de propriedade	96	2. Introdução	117
		3. Eficiência x Eficácia	120
		3.1. No direito financeiro	121
		3.2. No direito tributário	124
		4. Consentimento ao imposto	124

- 4.1. Pré-consentimento
- 4.2. Pós-consentimento
- 5. Conclusão
- 6. Bibliografia

PARTE II A DINÂMICA DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA. O ESTADO, O CIDADÃO E O IMPOSTO

CAPÍTULO 6 a constituição e as normas fiscais. o imposto, a taxa e a relação jurídica tributária, *por Vasco Valdez Matias*

- 1. Objetivos da aprendizagem 139
- 2. A Constituição da República e as normas fiscais 139
- 3. A lei geral tributária e os princípios do sistema fiscal português 140
- 4. A relação jurídica tributária 142
- 4.1. Os sujeitos 148
 - 4.1.1. Os sujeitos: personalidade e capacidade tributárias 148
 - 4.1.2. Os sujeitos ativo e passivo 148
- 4.2. A substituição tributária 149
 - 4.2.1. O sujeito passivo e o pagador efetivo 150
 - 4.2.2. A situação dos impostos repercutidos 150
- 5. Domicílio fiscal 151
- 6. A solidariedade passiva 151
- 7. A responsabilidade subsidiária por reversão 152
- 7.1. Regras gerais 152
- 7.2. Contra quem pode reverter a execução 153
- 8. O objeto da relação jurídica tributária 154
- 8.1. Factos objeto da relação jurídica tributária 154
- 8.2. Obrigações dos sujeitos passivos 156
- 8.3. Constituição e alteração da relação jurídica tributária 156
- 9. Extinção da relação jurídica tributária. O pagamento. A caducidade 156
- 9.1. O pagamento 156
- 9.2. A caducidade do direito à liquidação 158
- 9.3. A prescrição 160
- 10. Garantias da prestação tributária 161
- 10.1. As garantias em geral 161
- 10.2. As providências cautelares 162
- 10.3. As garantias 163
- 11. Bibliografia 163

- 125
- 129
- 132
- 135
- CAPÍTULO 7 – A tributação do rendimento de pessoas físicas, *por Manuel Faustino* 165
 - 1. Objetivos da aprendizagem 165
 - 2. Introdução ao IRS 166
 - 2.1. Características e princípios 166
 - 2.2. O conceito de rendimento e a sua caracterização 167
 - 3. O elemento subjetivo da incidência 170
 - 3.1. Os sujeitos passivos das relações de imposto constituídas no âmbito do IRS 170
 - 3.2. Agregado familiar e sujeição passiva 173
 - 3.3. Sujeição pessoal de natureza objetiva 174
 - 4. O elemento objetivo da incidência 175
 - 4.1. A tipificação do rendimento em categorias 175
 - 4.2. O aspeto material do elemento objetivo da incidência 176
 - 4.3. O aspeto espacial do elemento objetivo da incidência 190
 - 4.4. O aspeto temporal do elemento objetivo da incidência 191
 - 4.5. O aspeto quantitativo do elemento objetivo da incidência 192
 - 5. O rendimento líquido total 198
 - 6. Os aspetos sintéticos do imposto 199
 - 6.1. O procedimento declarativo como meio normal de determinação do rendimento coletável 199
 - 6.2. A intervenção da AT no procedimento de determinação da matéria coletável 200
 - 6.3. A liquidação do imposto: taxas gerais, taxas liberatórias e taxas especiais 220
 - 6.4. O quociente conjugal e a aplicação das taxas gerais 203
 - 6.5. Deduções à coleta 204
 - 7. O princípio do imediatismo e o pagamento antecipado: retenções na fonte e pagamentos por conta 209
 - 8. A liquidação anual e o “acerto de contas”: restituições oficiosas, cobranças complementares e “liquidações nulas” 211
 - 9. Deveres declarativos 212
 - 10. Deveres de natureza contabilística 214
 - 11. Bibliografia 214

CAPÍTULO 8 O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, *por Helena Martins*

- 1. Objetivos da aprendizagem 215
- 2. Introdução 216
 - 2.1. Génese do Imposto. Características 216
 - 3. Incidência 217

3.1. Incidência pessoal	217
3.2. Incidência real	219
3.2.1. A noção de lucro	220
3.3. A extensão da obrigação de imposto	221
3.3.1. O conceito de estabelecimento estável	223
3.4. O regime de transparência fiscal	225
3.5. O período de tributação	226
3.6. Isenções	228
4. Determinação da matéria coletável	231
4.1. Métodos e formas de determinação da matéria coletável	231
5. A determinação do lucro tributável	234
6. A periodização do lucro tributável	236
6.1. Vendas e prestações de serviços	238
6.2. O modelo do justo valor	239
7. Os rendimentos e os gastos	240
7.1. Os rendimentos	240
7.2. As variações patrimoniais positivas	240
7.3. Os gastos	241
7.3.1. Depreciações e amortizações	245
7.3.2. Imparidades	248
7.3.2.1. Perdas por imparidade em créditos. Créditos incobráveis	249
7.3.3. Provisões	251
7.3.4. Outros encargos	252
7.3.4.1. As realizações de utilidade social	252
7.3.4.2. Quotizações a favor de associações empresariais	254
7.3.4.3. Donativos	254
7.4. As variações patrimoniais negativas	254
7.5. Encargos não dedutíveis fiscalmente	256
8. O regime das mais-valias e menos-valias	260
8.1. O regime do reinvestimento	263
9. Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	265
10. O regime de dedução de prejuízos	265
11. Breve referência a medidas específicas anti abuso	271
12. Regimes especiais	275
12.1. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	275
12.2. O regime especial das fusões, cisões, entradas de ativos e permuta de partes sociais	276
12.3. Liquidação de sociedades	278
12.4. Transferência de residência de sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de não residente	279

13. Taxas	279
13.1. Taxas	279
13.2. Derrama estadual	280
13.3. Tributações autónomas	284
14. Liquidação	285
14.1. O crédito de imposto por dupla tributação internacional	286
15. O pagamento do imposto	288
16. Bibliografia	288
CAPÍTULO 9 – O imposto sobre o valor acrescentado, por Cidália Lança	
1. Objectivos de aprendizagem	289
2. Imposto sobre o valor acrescentado – natureza e características	289
3. Incidência objetiva do imposto	291
3.1. Transmissão de bens e operações assimiladas	291
3.1.1. Conceito de transmissão de bens	291
3.1.2. Operações assimiladas	292
3.1.3. Operações não sujeitas	292
3.2. Prestações de serviços e operações assimiladas	292
3.2.1. Conceito de prestação de serviços	293
3.2.2. Assimilação a prestações de serviços a título oneroso	293
3.2.3. Operações não sujeitas	293
3.3. Importações	294
3.4. Transações intracomunitárias de bens	294
3.4.1. Regime geral	294
3.4.1.1. Conceito de aquisição intracomunitária de bens	294
3.4.1.2. Operações assimiladas a aquisições intracomunitárias	295
3.4.1.3. Operações assimiladas a transmissão de bens	296
3.4.2. Regimes especiais de tributação nas operações intracomunitárias	296
3.4.2.1. Regime aplicável ao Estado, pessoas coletivas de direito público e sujeitos passivos isentos	296
3.4.2.2. Regime das aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos	297
3.4.2.3. Regime das vendas à distância	297
4. Sujeitos passivos do imposto	297
4.1. Conceito de sujeito passivo	298
4.2. Devedores de imposto	299
4.3. Delimitação negativa da incidência	299
4.4. Sujeitos passivos pelas operações intracomunitárias	300
5. Localização das operações	300
5.1. Localização das transmissões de bens	300

5.1.1. Regra geral	300	7. Isenções	307
5.1.2. Regras específicas	300	7.1. Isenções nas operações internas	307
5.1.2.1. Transmissões antes da importação	300	7.2. Isenções nas operações internacionais	308
5.1.2.2. Transmissões a bordo	300	7.3. Isenções no comércio intracomunitário de bens	308
5.1.2.3. Transmissões de gás, através da rede de gás natural, de eletricidade, e de calor ou frio, através de redes de aquecimento ou arrefecimento	300	8. Valor tributável	309
5.1.2.4. Transmissões de bens com instalação ou montagem	301	8.1. Transmissões de bens, prestações de serviços e aquisições intracomunitárias de bens	309
5.1.2.5. Vendas à distância	301	8.2. Importação	310
5.2. Localização das prestações de serviços	301	9. Taxas	311
5.2.1. Regras gerais	301	10. Direito à dedução	312
5.2.2. Regras específicas comuns a sujeitos passivos e não sujeitos passivos	302	10.1. Operações que conferem direito à dedução	312
5.2.2.1. Imóveis	302	10.2. Operações excluídas do direito à dedução	312
5.2.2.2. Transporte de passageiros	302	10.3. Despesas cujo IVA é excluído do direito à dedução	313
5.2.2.3. Serviços de alimentação e bebidas	302	10.4. Não exclusão do direito à dedução	314
5.2.2.4. Serviços de acesso a manifestações de carácter cultural, artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares	303	10.5. Momento em que nasce o direito à dedução do imposto	314
5.2.2.5. Locação de curta duração de meios de transporte	303	10.6. Reembolso de imposto	314
5.2.3. Regras específicas para serviços prestados a não sujeitos passivos	303	10.7. Dedução do IVA suportado em bens e serviços de utilização mista	315
5.2.3.1. Transporte de bens e serviços acessórios	303	9.7.1. Método da afetação real	315
5.2.3.2. Trabalhos sobre bens móveis corpóreos	304	9.7.2. Método da percentagem de dedução	316
5.2.3.3. Serviços de intermediários agindo em nome e por conta de outrem	304	10.8. Regularizações	316
5.2.3.4. Serviços de carácter cultural, artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares	304	10.8.1. Relativas a bens do ativo imobilizado	317
5.2.4. Regra específica para serviços prestados a residentes fora da União Europeia	304	10.8.2. Relativas às operações realizadas	317
5.2.5. Regras específicas para serviços cuja utilização ou exploração efetivas ocorram em território nacional	304	10.8.2.1. Anulação ou redução de valor	317
5.3. Localização das aquisições intracomunitárias de bens	305	10.8.2.2. Retificações e correções de erros materiais ou de cálculo	317
6. Facto gerador e exigibilidade	305	10.8.2.3. Créditos incobráveis	318
6.1. Nas transmissões de bens e prestações de serviços	306	10.8.2.4. Regularizações de operações de <i>reverse charge</i>	318
6.1.1. Regra geral	306	11. Obrigações dos sujeitos passivos	318
6.1.2. Regras específicas	306	11.1. Declarativas	319
6.1.3. Regra supletiva da exigibilidade	306	11.1.1. Declarações de registo	319
6.1.4. Regimes especiais de exigibilidade	306	11.1.2. Declaração periódica	320
6.2. Nas importações	307	11.1.3. Declaração recapitulativa das operações intracomunitárias	320
6.3. Nas aquisições intracomunitárias de bens	307	11.2. Pagamento	321
		11.3. Faturação	321
		10.3.1. Obrigação de emissão de fatura	321
		10.3.2. Obrigação de emissão de talão de venda	321
		12. Regimes especiais	321
		12.1. Regime especial de isenção	322
		12.2. Regime dos pequenos retalhistas	322
		12.3. Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	322

12.4. Regime dos tabacos manufacturados	322
12.5. Regime aplicável às agências de viagens e operadores de circuitos turísticos	323
12.6. Regime especial aplicável às transmissões de bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades	323
12.7. Regime especial do ouro para investimento	324
13. Bibliografia	324

CAPÍTULO 10 Os impostos sobre o património, por José Maria Fernandes Pires

1. Objectivos de aprendizagem	325
2. O sistema de tributação do património. Introdução	325
3. O sistema de avaliações do IMI	326
3.1. Os coeficientes macro, de enquadramento ou de contexto	331
3.2. Os coeficientes específicos ou individuais	332
3.3. O apuramento do valor patrimonial tributário	334
3.4. A aplicação do sistema de avaliações do Código do IMI	338
3.5. A importância do sistema de avaliações dos prédios urbanos do IMI	338
3.6. A avaliação geral de prédios urbanos, de 2012	339
4. O Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	339
4.1. Conceito e tipos de prédios	341
4.2. Taxas, liquidação e pagamento do IMI	342
4.3. Obrigações acessórias	345
5. O Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	345
5.1. O âmbito de sujeição do imposto	346
5.2. O regime dos contratos-promessa de compra e venda de imóveis	347
5.3. Valor tributável	349
5.4. Taxas	352
5.5. Liquidação e pagamento do imposto	353
6. O Imposto do Selo Sobre as Transmissões Gratuitas	355
6.1. Introdução	355
6.2. Incidência	356
6.3. Taxa	358
6.4. Liquidação e pagamento	359
7. Benefícios fiscais nos impostos sobre o património	360
7.1. Os regimes de não sujeição e de isenção dos prédios adquiridos para revenda e dos terrenos em construção	360
7.2. A isenção dos prédios afetos à habitação própria e permanente	361
7.3. Prédios de reduzido valor patrimonial	362

7.4. Os benefícios fiscais à reabilitação urbana	362
8. Bibliografia	364

CAPÍTULO 11 Os impostos especiais de consumo (IEC), por António Brigas Afonso e Sérgio Brigas Afonso

1. Objectivos de aprendizagem	367
2. Introdução	367
3. Noção de Impostos Especiais de Consumo	368
4. Produtos sujeitos a Impostos Especiais de Consumo	368
5. Os IEC e ambiente	370
6. Os IEC como instrumento de combate ao desemprego	371
7. Harmonização dos IEC na União Europeia	371
8. Elementos essenciais do regime de circulação intracomunitária	373
9. Incidência subjetiva	374
10. Incidência objetiva	378
11. Isenções	379
12. Factos geradores e exigibilidade	380
13. Introdução no consumo	382
14. Liquidação e pagamento	384
15. Atraso no pagamento	385
16. Pagamento em prestações	387
17. Reembolso do imposto	388
18. Controlo dos IEC	389
19. Síntese	390
20. Bibliografia	393

CAPÍTULO 12 O Estado e o imposto: federalismo financeiro e fiscal, por José Maurício Conti

1. Objectivos da aprendizagem	395
2. O Estado e o imposto: federalismo financeiro e fiscal	395
2.1. Noções introdutórias	396
2.2. A atividade financeira do Estado e o federalismo	398
3. O federalismo e a partilha de receitas	403
3.1. A repartição das fontes de receita	404
3.2. A repartição do produto da arrecadação	407
4. As transferências intergovernamentais	409
5. Aspectos financeiros e federativos das políticas públicas	412
6. Bibliografia	416

PARTE III AS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS CONTRIBUINTES E A PATOLOGIA DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO 13 As garantias processuais dos contribuintes, *por Jesuino Alcântara Martins*

1. Objetivos da aprendizagem	421
2. Introdução	421
3. Os meios impugnatórios de natureza administrativa	422
3.1. A reclamação graciosa	426
3.1.1. Os fins e o objeto	426
3.1.2. A legitimidade e a tempestividade	430
3.1.3. A decisão	432
3.2. O recurso hierárquico	435
3.2.1. Os fins e o objeto	435
3.2.2. A legitimidade e a tempestividade	436
3.2.3. A decisão	437
3.3. O pedido de revisão da matéria tributável	439
3.3.1. Os fins e o objeto	439
3.3.2. A legitimidade e tempestividade	441
3.3.3. A decisão	442
3.4. O pedido de revisão do ato tributário	444
3.5. O procedimento de correção de erros	446
4. Os meios impugnatórios de natureza judicial	447
4.1. A impugnação judicial	448
4.1.1. Os fins e o objeto	448
4.1.2. A legitimidade e a tempestividade	450
4.1.3. A decisão	451
4.2. A oposição judicial	453
4.2.1. Os fins e o objeto	453
4.2.2. A legitimidade e a tempestividade	455
4.2.3. A decisão	456
4.3. Os embargos de terceiro	456
4.4. A reclamação das decisões do órgão da execução fiscal	457
4.5. A ação administrativa especial	458
4.6. A ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	459
4.7. Os meios processuais acessórios	460
4.7.1. Intimação para um comportamento	460
4.7.2. A intimação para consulta de documentos e passagem de certidões	461

4.7.3. A execução de julgados	462
5. A arbitragem	663
6. Conclusões	466
7. Bibliografia	468

CAPÍTULO 14 O regime sancionatório das infrações às leis fiscais, *por João Ricardo Catarino e Nuno Victorino*

1. Objetivos da aprendizagem	469
2. As disposições gerais	470
2.1. Âmbito de aplicação	471
2.2. A infração tributária	471
3. A atuação em nome de outrem	472
4. A responsabilidade das pessoas coletivas	473
5. Os crimes tributários em geral	476
5.1. As penas aplicáveis aos crimes tributários	477
5.2. A medida da pena	478
5.3. As penas acessórias e os seus pressupostos	479
5.4. Dispensa e atenuação especial da pena	480
6. As contraordenações tributárias em geral	480
6.1. Classificação das contraordenações	481
6.2. O dolo e a negligência	481
6.3. Montante e determinação da medida da coima	483
6.3.1. Sanções acessórias aplicadas às contraordenações	483
6.4. Direito à redução das coimas e seus requisitos	484
6.4.1. Requisitos do direito à redução da coima	484
6.5. Dispensa e atenuação especial das coimas	485
6.6. Prescrição do procedimento e das coimas	485
6.6.1. Prescrição das sanções contraordenacionais	485
7. O Processo penal tributário	485
7.1. A notícia do crime e o flagrante delito	486
7.1.1. Medidas cautelares e de polícia	487
7.2. O inquérito	488
7.3. Prescrição, interrupção e suspensão do procedimento criminal	492
7.4. Suspensão da execução da pena de prisão	493
8. O Processo contraordenacional tributário	493
8.1. Âmbito e competência	493
8.2. A base do processo	494
8.3. A investigação e a instrução	496
8.4. Notificação e defesa do infrator	498
8.5. A prova e os seus meios	498

8.6. A decisão de aplicação da coima. Requisitos	499
8.7. A extinção e arquivamento do processo de contraordenação	501
8.8. As nulidades do processo de contraordenação	502
8.9. A suspensão do processo de contraordenação	503
8.10. O recurso da decisão de aplicação de coima	503
8.11. O recurso da sentença	503
9. Os crimes tributários em especial	504
9.1. Crimes tributários comuns	504
9.2. Crimes aduaneiros	504
9.3. Crimes fiscais	504
9.4. Crimes contra a segurança social	504
10. As contraordenações em especial	504
10.1. Contraordenações aduaneiras	504
10.2. Contraordenações fiscais	505
11. Conclusões	505
12. Bibliografia	507

CAPÍTULO 15 Novos rumos e desafios da fiscalidade,

por João Ricardo Catarino e Vasco Branco Guimarães

	513
1. A fiscalidade, o dinamismo do imposto na ordem interna	513
2. A fiscalidade em contexto de mudança	514
3. O Estado, o sistema fiscal e a supra fiscalidade transnacional	515
4. O lugar, a identidade e o espaço da fiscalidade face a novas áreas do conhecimento	517